

Centro de Lançamento de Alcântara e seus impactos socioambientais: quatro décadas de exclusão quilombola¹

Alcântara Launch Center and its socio-environmental impacts: four decades of quilombola exclusion

ALEXSANDRO MENDONÇA VIEGAS

Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, UNEB
alexbioviegas@gmail.com.br

RICARDO JOSÉ ROCHA AMORIM

Doutor em Ciência da Computação, professor da Universidade do Estado da Bahia, UNEB
ricardo.amorim@prof.facape.br

DINANI GOMES AMORIM

Doutora em Ciência da Computação, professor da Universidade do Estado da Bahia, UNEB
dinani.amorim@prof.facape.br

RESUMO

O presente artigo buscou analisar o processo de instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) de maneira a compreender quais aspectos foram pactuados com a população, relacionados a tudo aquilo que foi e não foi contemplado ao longo do tempo. Esta pesquisa é interdisciplinar, exploratória, de natureza quantitativa e qualitativa e fenomenológica. O campo de pesquisa foi o município de Alcântara/MA, em especial as sete agrovilas para onde foram deslocados os moradores no primeiro momento de instalação do CLA. Ao final de nossa análise ficou claro que os resultados do processo de construção do CLA em um município majoritariamente quilombola trouxe severos impactos de caráter cultural, étnico, social, econômico e ambiental, como pode ser observado a partir de dados como indicadores sociais, dados de campo e levantamento de condições socioeconômicas e culturais da região como evidenciam os indicadores sociais, relatos de campo e as transformações nas condições de vida das comunidades locais.

Palavras-chave: Alcântara; quilombolas; CLA; agrovilas

ABSTRACT

This article sought to analyze the process of installing the Alcântara Launch Center (CLA) in order to understand which aspects were agreed upon with the population, related to everything that was and was not contemplated over time. This research is interdisciplinary, exploratory, quantitative and qualitative in nature, and phenomenological. The research field was the municipality of Alcântara, MA, especially the seven agro-villages to which the residents were relocated when the CLA was first installed. At the end of our analysis, it became clear that the

¹ Recebido em 10/02/2025. Aprovado em 21/03/2024.



results of the CLA construction process in a municipality with a majority of quilombolas brought severe impacts of a cultural, ethnic, social, economic, and environmental nature, as can be observed from data such as social indicators, field data, and surveys of the region's socioeconomic and cultural conditions, as evidenced by social indicators, field reports, and changes in the living conditions of local communities.

Keywords: Alcântara; quilombolas; CLA; agrovillages

1 INTRODUÇÃO

No dia 12 de setembro de 1980, entra em vigor o decreto 7.820 que declara de utilidade pública para fins de desapropriação área de terra necessária à implantação pelo Ministério da Aeronáutica, o centro espacial no município de Alcântara, estado do Maranhão, publicado no Diário Oficial do Estado no v. 73, n.179, p. 14 de 18 setembro de 1980.

O município de Alcântara citado no decreto, localiza-se no litoral ocidental do estado, próximo ao 22KM da capital do Estado, São Luís. No século XIX foi a província mais rica da região, com investimentos em especial no setor agropastoril. A partir do final do século XIX e início do século XX, passou por um processo de decadência e empobrecimento e só se tornaria notória a nível nacional a partir do projeto aeroespacial brasileiro iniciado ainda no período da ditadura militar na década de 1980, que prometia então investimentos na região que possibilitariam um desenvolvimento socioeconômico significativo.

Mas, apesar das previsões de crescimento, os dados do IBGE, 2022 demonstram que o município ainda figura como um dos mais pobres do país, podendo-se verificar dados como salário médio dos trabalhadores formais (IBGE, 2022) igual a dois salários mínimos, o que coloca Alcântara na posição 2.269 dentre as 5.570 cidades brasileiras e PIB per capita que coloca o município na posição 5.542 a nível nacional e 192 dentre os 217 municípios do Maranhão.

Outro dado que tem destaque no último censo é a redução populacional. No censo de 2010 o município apresentava quase 22 mil habitantes e em 2022 pouco mais de 18 mil (18.467) (IBGE, 2022).

Todos esses dados devem ser relacionados cuidadosamente aos aspectos humanos, seria inócuo termos indicadores de saúde, educação, segurança ou infraestrutura se não os relacionarmos com a realidade das pessoas e aspectos como segurança alimentar e grau de vulnerabilidade em diversas faixas etárias.

No ano de 2023, o estado brasileiro tornou-se réu em ação judicial no tribunal internacional no Chile na corte interamericana e pela primeira vez ao longo de quatro décadas reconheceu que causou danos às populações quilombolas no município de Alcântara.

Esses danos podem ser verificados não apenas pelos indicadores sociais, mas também pelo não cumprimento das promessas de melhorias na qualidade de vida da população, oferta de qualificação, de emprego e renda e de desenvolvimento socioeconômico que foi previsto inicialmente.

Além desses aspectos, é de grande relevância a análise da insegurança jurídica na região, que culminou com uma diversidade de lesões aos moradores, desde a proibição do acesso ao litoral, até a impossibilidade de uso da terra para a agricultura, como veremos mais adiante, sendo que esses eventos podem ser comprovados com boletins de ocorrência e perda de direitos do uso da comunidade, a exemplo do que ocorreu com agricultores que foram presos na comunidade Peptal Velho por estar plantando uma roça e a demolição do empreendimento construído no quilombo Bela Vista no ano de 2024.

A análise dos diversos aspectos relacionados à chegada do CLA ao município de Alcântara e suas consequências podem ser verificadas sob diversas ópticas, tanto no campo social, quanto econômico e ambiental. Em todas essas searas faz-se profundamente necessária a comprovação dos fatos como forma de legitimação dos relatos do processo relativo aos impactos humanos e da gestão socioambiental na região.

A escolha do município de Alcântara para ser a sede do projeto aeroespacial brasileiro se deu por motivos diversos, dentre as vantagens para o lançamento de foguetes destacam-se: posição próxima ao mar; baixa densidade demográfica; baixo custo de desapropriação; facilidade de acesso aéreo e marítimo ao município (Costa Filho, 2002, p. 142).

Reforçando o fato de que o CLA chega em Alcântara ainda na ditadura militar, em que não havia ainda a Constituição Federal de 1988, o presidente da época era João Baptista Figueiredo e o governador do Maranhão, João Castelo, chamado à época de governador biônico, pois não havia eleições democráticas, desta maneira, muito pouca importância se deu aos direitos dos moradores da região e nem mesmo considerações acerca do aspecto humano e identitário.

As agrovilas seguiram regras ditadas pelos militares, como a proibição de construção de novas casas ou ampliação das casas originais naquele espaço. Mas, o que mais agrava a qualidade de vida dos quilombolas, compulsoriamente deslocados na década de 1980, são as condições e o modelo de agricultura que lhes foram impostos.

Em 1986, o então presidente da República, José Sarney, por meio do Decreto 92.571, de 18 de abril de 1986, reduziu o módulo rural de 35 para 15 hectares apenas na área relativa à Base, contrariando o Estatuto da Terra, que entende necessário para o sustento de quem vive da agricultura o mínimo de 35 ha. (Lopes, 2020).

O presente artigo então busca fazer uma análise daquilo que foi pactuado ou minimamente prometido às comunidades quilombolas de Alcântara quanto ao processo de instalação da base aérea ainda na década de 1980. Diversos aspectos são analisados, desde critérios como o cenário político e social da época e como o transcorrer das ações trouxeram modificações na vida das pessoas, tanto econômica, quanto social, ambiental e cultural.

Importante destacar que o processo de administração do projeto aeroespacial brasileiro continua em evolução e os impactos da sua instalação no litoral do Maranhão continua sendo fruto de políticas públicas e projetos de investimentos nacionais e internacionais, de tal forma que todos os projetos de pesquisa na região sempre serão extremamente pertinentes e relevantes.

2 O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CLA NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA MA

O GICLA (Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara MA) foi o responsável pela implantação do projeto aeroespacial brasileiro. Essa implantação tem início em 12 de setembro de 1980, sem que fosse realizada qualquer consulta prévia aos habitantes de Alcântara MA, o Decreto Estadual nº 7.820 declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 52.000 hectares, para a instalação do Centro de Lançamento (CLA). Em agosto de 1991, o presidente Collor assinou um outro Decreto aumentando a área desapropriada para 62.000 hectares, equivalentes a 62% do município (Lopes, 2020).

Em relação ao aspecto humano inserindo todos esses processos no escopo da ecologia humana, muitas nuances podem ser verificadas do quanto as trajetórias de todo esse processo em muitas medidas ignoraram os direitos étnicos, raciais e culturais das populações da região. Mesmo no início do processo, a ideia de que a região era pouco povoada, quase sem habitações já demonstra que a presença de 312 famílias que seriam deslocadas foi de fato negligência, não pelo desconhecimento da presença de seres humanos, mas sim por desconsiderar humana a presença de comunidades tradicionais.

Novamente é relevante lembrarmos que estamos tratando de um processo ocorrido antes da constituição federal de 1988 e também é de grande importância destacar que já naquela época houve quem questionasse a implantação do centro de lançamento na região, a exemplo do ilustre poeta Carlos Drummond de Andrade que destacou “qualquer pessoa que tenha um

mínimo de sensibilidade em face das coisas ... arrepia-se ao ler que será instalada em Alcântara a segunda base de lançamento de mísseis brasileiros” (Meireles, 1983).

Apesar de que o processo de planejamento e execução do CLA se inicia com a promessa de crescimento e desenvolvimento da região, fato este que até o ano vigente de 2025 nunca se concretizou como pode-se verificar nos indicadores sociais do censo IBGE de 2022, desde seu início, o projeto de implantação do CLA ignorou a natureza dos povos tradicionais da região, desenvolvendo uma política de investimento em ideias aplicadas a pessoas de natureza urbana e capitalista.

A estratégia utilizada pelo Ministério da Aeronáutica foi o de levar inicialmente trinta jovens do município para São Paulo, para, teoricamente, tornarem-se soldados da aeronáutica e posteriormente os mesmos seriam os responsáveis pela retirada das famílias dos seus locais de habitação para as agrovilas.

1982: Trinta jovens das comunidades de Alcântara foram levados para São Paulo com promessa de emprego no governo federal. Ao chegarem em São Paulo, os jovens descobriram que agora eram militares da Aeronáutica. Treinados em São Paulo, estes jovens retornaram a Alcântara em 1983 e foram utilizados posteriormente, em 1986, para efetivar os deslocamentos compulsórios das famílias de suas próprias comunidades (PNCSA, 2007).

Desta maneira, havia uma promessa de que o projeto da base aérea de Alcântara era muito mais que um projeto espacial, mas sim um programa que englobava toda uma gama de ações que, supostamente culminariam em um processo de desenvolvimento regional, com investimentos públicos que resultariam na erradicação da pobreza na região.

Ainda no período do GICLA, várias palestras foram ministradas em diferentes eventos, como a SBPC, realizada na UFMA em 1995, onde foi dito que o CLA era composto por quatro vertentes, I. o CLA, II. a realização de serviços públicos como transporte escolar, III. construção de estradas e suporte aos futuros agricultores e IV. Assentamentos em agrovilas, as sete agrovilas construídas pelo governo federal para abrigar as 312 famílias deslocadas do litoral para o centro do município e a construção da vila militar onde teoricamente residiriam os oficiais da aeronáutica.

Muitas estratégias de convencimento foram colocadas em prática, os deslocados do CLA teoricamente receberiam suas glebas, que como já foi falado sofreram grande redução, um grupo de habitantes seriam treinados para tornarem-se técnicos agrícolas para dar suporte e consultoria para os futuros agricultores, uma vez que os deslocados eram originalmente pescadores.

Até mesmo religiosos negros foram levados para conversar com os moradores, as agrovilas que tiveram um planejamento de construção em um estilo de asas de avião, todas tem além das casas, uma igreja, uma casa de forno para fazer farinha e uma lavanderia comunitária. Além disso, em todas foi cavado um poço artesiano dotado de uma bomba d'água.

Esse estilo arquitetônico de construção em nada tinha relação com as comunidades deslocadas que já estavam em suas localidades há mais de um século. As pessoas que viviam na beira do mar e por gerações eram acostumadas a pescar, passaram compulsoriamente a ser agricultores.

Inicialmente os deslocados pelo CLA não podiam ter acesso a região do litoral que tornara-se área militar e não podiam plantar nenhuma cultivar fora das glebas preestabelecidas.

Nesse sentido, a única fonte de renda dessas pessoas passou a ser a plantação de mandioca e a produção de farinha, o que suscitou o trabalho da professora da UFMA, Maristela de Paula Andrade, “Fome de Farinha”, em que a mesma relata esse processo de pauperização da população da região e as consequências desse empobrecimento.

Pobreza aqui entendida como o impedimento do acesso que lhe permitam não apenas produzir seus alimentos, fazendo-os chegar à periferia de Alcântara, às agrovilas, à capital do estado, como manter suas festas e rituais (Andrade, 2006, p. 53).

Os moradores do litoral, historicamente pescadores, agora habitavam uma região do centro do município para teoricamente se tornarem agricultores, sem nenhum apoio técnico em agricultura ou mesmo equipamentos básicos como enxada e facão.

3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUE NÃO SE TRADUZIU EM VERDADE

Em face do que já foi relatado, fica claro que o plano de gestão do programa aeroespacial brasileiro não teve êxito em nenhuma de suas propostas. Nem mesmo o projeto de construção de uma vila militar para abrigar oficiais e soldados se concretizou. Após os primeiros anos de funcionamento os oficiais vieram morar na capital do estado e governo federal passou a alocá-los em flats e os soldados passaram a ir e voltar diariamente para a capital como é feito até os dias de hoje em lanchas que fazem esse traslado diariamente.

Importante ressaltar que muitos comandantes ao longo dessas mais de quatro décadas, relatam uma redução contínua de investimentos no projeto, o que inviabilizava qualquer tipo de trabalho social ou mesmo de ações do próprio CLA (Tabela 1).

Tabela 1: Valores de investimento e custeio referente a Base Aérea de Alcântara apresentada pelo Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial em apresentação no SEBRAE, 2017

ANO	INVESTIMENTO	CUSTEIO
2015	15.619.788,06	20.810.329,37
2016	6.327.170,87	19.683.003,21
2017	4.428.000,00	7.390.094,00

Fonte: Documento do CLA

O acirramento das relações já desgastadas entre o CLA e a comunidade alcantarense e a drástica redução de investimentos na região se intensificou em 2003 quando ocorre a explosão no centro de lançamento, causando a morte de 21 pessoas entre engenheiros e trabalhadores do centro.

Nesse sentido, todo e qualquer auxílio destinado pelo governo federal para o município cessaram, não havia mais auxílio para educação, saúde ou infraestrutura. Os moradores das agrovilas hoje são responsáveis por todo o custeio de qualquer necessidade dos povoados. As lideranças de cada povoado alegam que quando ocorre o defeito da bomba d'água do poço artesiano todos os moradores têm que contribuir para pagar seu conserto, caso contrário toda a agrovila fica sem água, nem todas as agrovilas tem escola e apenas duas tem posto de saúde.

O desenvolvimento sustentável pode ser definido como a capacidade de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável pode ser analisado basicamente sobre três pilares, o ambiental, o social e o econômico.

Podemos ainda analisar as dimensões da sustentabilidade na óptica das três ecologias de Guattari, onde cita a ecologia do meio ambiente, a ecologia social e a ecologia da subjetividade humana.

Ecologia do meio ambiente - onde tudo é possível de acontecer, quanto às evoluções flexíveis e quanto às piores catástrofes ambientais; “cada vez mais, os desequilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas”, Ecologia social - deve trabalhar as relações humanas, reconstruindo-as em todos os níveis do socius; Ecologia subjetiva

ou mental - será levada a reinventar a relação do sujeito como o corpo, a psique (inconsciência) e o consciente (Córdula, 2013).

De acordo com a análise do que é desenvolvimento sustentável, sem nunca dissociar da dimensão humana, podemos analisar os acontecimentos ocorridos em Alcântara com o advento da chegada do CLA com inúmeras consequências, tais como o processo de pauperização da população local, diminuição da população do município, que de acordo com o IBGE 2010 era de 21.851 e em 2022 era de 18.467, a presença de um lixão onde pode ser encontrado dentre outros resíduos, lixo hospitalar, desmatamentos, assoreamentos de rios, desmatamento, ocupação de áreas sem planejamento, escalada da violência urbana, intensificação do tráfico de drogas e roubos na região, insegurança jurídica e êxodo da população mais jovem.

Ao relacionar desenvolvimento e direitos humanos, Sachs leva em conta três premissas: 1) a democracia e o exercício da cidadania; 2) a centralidade das pessoas na definição das políticas públicas; 3) a inclusão social pela superação da pobreza. Portanto, direito ao desenvolvimento sustentável em Sachs significa participação, emancipação e promoção dos direitos humanos em seus âmbitos econômico, ecológico, espacial, social e cultural (Reis, 2023).

O desenvolvimento sustentável parte de uma análise que precisa ser verificada dentro de um escopo maior. A ideia de tirar pessoas do seu ambiente natural de vida e colocá-las em um sistema de aquisição de bens materiais, como se isso fosse um suposto desenvolvimento social, é antes de mais nada ignorar as peculiaridades de cada povo e suas etnias.

Aqui poderíamos também nos reportarmos a noção de ecodesenvolvimento proposto por Godard;

(...) atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias e saúde) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento, na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada **ecozona**, na valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos (Godard, 1997, p. 111).

O geógrafo baiano Milton Santos já destacava na década de 1970, quando analisava os aspectos relacionados ao planejamento dos espaços nos territórios dos países assim chamados de terceiro mundo. “Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais” (Santos, 2011, p. 13).

Em relação aos processos de planejamento de ocupação dos espaços urbanos e rurais, Milton Santos também reforçava a intencionalidade das ações. Quando o planejamento das agrovilas no município de Alcântara buscava receber os deslocados das comunidades que viviam no litoral, claramente ocorreu ali um desconhecimento dos meios de vida das comunidades tradicionais que habitavam aquele território há mais de um século.

A capacidade efetiva de planejamento a partir dos centros de decisão locais e regionais fica comprometida, posto que a política das grandes empresas é elaborada em função de suas próprias operações internas e desde centros de decisão exógenos à cidade e à região (Santos, 2011).

De acordo com o Incra, o município de Alcântara tem 84,6% de população autodeclarada quilombola, sendo que o Instituto Palmares reconhece 153 comunidades quilombolas no município, o que deixa claro que a maioria absoluta das comunidades são reconhecidamente quilombolas.

Em função da ausência de suporte técnico para as comunidades quilombolas como havia sido pactuado inicialmente, as práticas agrícolas na região se mantiveram primitivas e ineficientes, com o uso do fogo para “limpeza” dos terrenos, ausência de equipamentos e insumos agrícolas que poderiam melhorar a produtividade na região.

Dessa maneira, a vulnerabilidade de alimentos associada à ausência de vagas de trabalho, emprego e renda, tornaram o município um dos mais pobres do país ao longo das décadas que sucederam a implantação do projeto aeroespacial brasileiro. “Pobreza aqui entendida como o impedimento do acesso que lhe permitam não apenas produzir seus alimentos, fazendo-os chegar à periferia de Alcântara, às agrovilas, à capital do estado, como manter suas festas e rituais” (Andrade, 2006, p. 53).

Em que medida podemos então relacionar o programa aeroespacial brasileiro com a noção de desenvolvimento, uma vez que até as ferramentas usuais da produção de alimentos nunca chegaram naquela região. Importante ressaltar aqui que o estado do Maranhão foi o último do Brasil a receber uma sede da Embrapa (Empresa brasileira de pesquisa agropecuária) e a ausência de técnicos agrícolas na região só aumentava a insegurança alimentar.

A argumentação de que as comunidades tradicionais não podem usar tecnologias modernas sob pena de descaracterizar sua cultura ainda é uma noção comum na sociedade. Mas é crescente a noção de que o uso de tecnologias não desconfigura os caracteres de uma comunidade tradicional. Diakara, antropólogo e escritor indígena relata “o fato de as novas tecnologias terem chegado aos povos originários não faz deles menos indígenas” (Lana, 2021)

O povo Paiter Suruí, de Roraima, utiliza o *Google Earth Outreach* associados a sensores nas árvores para identificar os sons das motosserras e controlar o corte de árvores dentro da reserva por madeireiros ilegais (Marques, 2022, p. 354)

O uso de tecnologias digitais tão fortemente ligadas aos hábitos de vida social e profissional das sociedades modernas começa a ser também necessário e comum entre os povos tradicionais. “A inclusão dos povos indígenas no mundo digital pode oferecer diversos instrumentos para que eles possam transformar a realidade de suas aldeias, assim como realizar possíveis desenvolvimentos do seu território” (Arruda, 2022).

A inclusão digital nas comunidades rurais ainda é um aspecto distante do ideal no Brasil, ressaltando o caso de Alcântara onde dos pouco mais de 18 mil habitantes, apenas cinco mil vivem na sede, os mais de treze mil restantes vivem na zona rural.

De acordo com o IBGE, em 2022 a região do Brasil com o maior número de pessoas sem acesso a rede de computadores é a região nordeste, onde 17 milhões de pessoas não têm acesso à internet. Ainda se resalta o fato de que 70% das comunidades rurais não têm acesso a sinal de internet.

De acordo com dados da Anatel (Figura 1), o Maranhão é o pior estado no aspecto relacionado a cobertura de sinal 3G, o que claramente piora quando analisamos as comunidades rurais.

Quando analisamos aspectos relacionado a dados de internet, é importante ressaltarmos que não estamos apenas destacando as questões ligadas a comunicabilidade entre pessoas, mas principalmente o uso de dados móveis relacionados à prestação de serviços de saúde, educação, segurança e acesso a informações relativas a tecnologias que podem e devem facilitar a vida das pessoas.

Muitas escolas usam internet para executar videoaulas, muitos hospitais fazem trocas de informações integradas para o tratamento de patologias como picadas de cobra, a comunicação é fundamental para o sistema de segurança e infraestrutura, além de aspectos relacionados à agricultura, ecoturismo, prestação de serviços e comércio em geral.

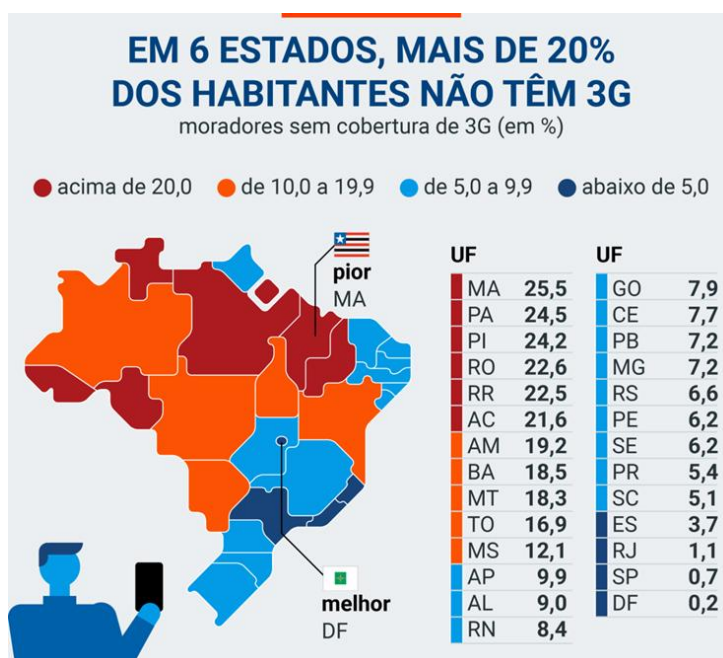
Alcântara tem mais de 200 povoados, na maioria deles existem pequenos comerciantes, crianças, mulheres grávidas, adultos e idosos. Todas essas pessoas precisam se comunicar para poder estudar, trabalhar, comprar e vender produtos. Então a ausência de um sistema de comunicação compromete todos esses processos.

É importante ressaltar que o município de Alcântara é zona metropolitana da capital São Luís, constituindo treze municípios, desta maneira o governo do estado sempre desenvolve políticas para a zona metropolitana incluindo Alcântara, mas o acesso por mar sempre foi uma

justificativa das dificuldades de transporte e recolhimento de resíduos sólidos por exemplo, mas não deveria ser um problema de comunicação em função da proximidade de torres de transmissão.

Quando o Brasil foi acometido pela terrível pandemia da Covid-19, ficou explícita a deficiência de acesso a internet quando foi decretado o lockdown e as pessoas não podiam sair de suas casas. Desta maneira as aulas passaram a ser virtuais e vários municípios do estado do MA não tinham acesso a internet. À época o governo do estado teve que colocar de forma emergencial sinal de internet nos municípios para não interromper de forma absoluta as aulas para os alunos de escola pública.

Figura 1: Cobertura internet 3G nos estados brasileiros



Fonte: Anatel, 2023
publicado no site

(infográfico
poder 360)

Desta maneira, podemos verificar que a situação dos deslocados pela base aérea em Alcântara ficaram em um estado de quase total abandono, sem nenhuma assessoria para desenvolver nem agricultura de subsistência, inicialmente proibidos de ter acesso ao litoral, sem conhecimentos de agricultura básica, sem transporte escolar ou acesso a saúde uma vez que os povoados não dispunham de postos de saúde, a vulnerabilidade dos habitantes dessa região só aumentou.

Os dados de indicadores sociais na região em análise cronológica mostram que ao longo dos anos houve um grave problema de empobrecimento na região, com redução de renda per

capita entre os anos 1990 e 2000, êxodo que resultou na redução da população e incremento da violência e problemas de saúde e ambientais.

Essas famílias hoje sobrevivem basicamente de programas sociais de transferência de renda, como as aposentadorias e programas como Bolsa Família. Em termos de alimentação, elas compram peixes que são pescados nas comunidades que ainda não foram transferidas. Ou seja, são essas comunidades que ainda permanecem no litoral que mantém as agrovilas hoje, porque não há, por parte do governo federal, nunca houve aliás, nenhuma medida de compensação (Serejo, 2019).

É possível analisar esse processo de empobrecimento da população do município de Alcântara fazendo um paralelo do período de início de funcionamento do centro, no final da década de 1980 com os dados do censo do IBGE de 1990, 2000 e 2010(tabela 2).

Tabela 2: Aspectos socioeconômicos do Município de Alcântara MA

INDICADORES	CENSO / ANO		
	1991	2000	2010
Renda per capita	116,00	118,00	209,00
% de extremamente pobres	46,82	50,59	37,99
% pobres	74,00	75,79	54,48
Índice de Gini	0,48	0,62	0,59

Fonte: PNUD (2013)

Como é possível verificar na tabela o quantitativo de pessoas pobres e extremamente pobres entre 1990 e 2000 aumenta, compreendendo o período em que a base aérea entra em funcionamento no município. Não estamos aqui construindo uma correlação entre acréscimo de pobreza e o CLA, mas lembrando que a chegada dos investimentos federais e deslocamento das pessoas para as agrovilas não trouxe melhorias socioeconômicas na região.

Os dados de indicadores sociais são importantes para correlacionarmos e corroborarmos aspectos quantitativos, mas o caráter humano desses dados, ou seja, o quanto que os seres humanos são impactados sob diversas dimensões é o que de fato importa, não existe valor qualitativo em crescimento econômico com injustiça social, equilíbrio e harmonia é o que de fato justifica uma sociedade humanamente sustentável.

4 AS CONSEQUÊNCIAS VISÍVEIS E AS VELADAS DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CLA

A implantação do CLA se dá em Alcântara ainda na década de 1980, durante a ditadura militar e em período anterior à promulgação da constituição federal de 1988. Desta maneira, não existiu amparo legal aos quilombolas de Alcântara questões relativas à posse do território de origem e naquela época não houve o devido processo de titulação das glebas recebidas.

Somente ao longo dos anos e com o surgimento de leis específicas, a começar pela CF 1988, foi possível identificar-se os danos causados às comunidades e mover ações que buscassem reparar os devidos danos acumulados ao longo das décadas da implantação do CLA.

No Brasil, Povos e Comunidades Tradicionais são representados por 28 segmentos que constituem parcela significativa da população e ocupam parte considerável do território nacional. São oficialmente reconhecidos pelo Decreto 6.040, de fevereiro de 2007, e representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Estão presentes em todos biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Os povos indígenas e quilombolas, respectivamente, têm reconhecimento assegurado pelos artigos 231, da Constituição Federal e 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (MMA, 2025).

Como podemos verificar, os povos tradicionais só foram oficialmente reconhecidos a partir da CF 1988 e regulamentado pelo decreto 6.040 de 2007. Esse período já havia se passado duas décadas da implantação do CLA e já havia sido construída as sete agrovilas e deslocado as mais de trezentas famílias para as novas moradias.

De acordo com os indicadores socioeconômicos do censo IBGE 2022, o Brasil tem 5.570 cidades e o estado do Maranhão apresenta 217 municípios. Nesse universo, os indicadores relativos ao município de Alcântara são em geral muito baixos.

Crítérios como PIB *per capita*, das 5.570 cidades brasileiras, Alcântara ocupa a posição 5.542, ou seja, muito próximo das últimas posições. No estado do Maranhão, o município ocupa a posição 192, também muito próximo do último colocado que seria 217. Em relação a saneamento básico, aspectos como “esgotamento sanitário adequado”, Alcântara ocupa a posição 4.663, ou seja, poucos domicílios apresentam sistema de esgotamento sanitário satisfatório.

A presença de um lixão a céu aberto também chama atenção no município. O lixão localizado no povoado Pavão (Figura 2) recebe todos os resíduos sólidos recolhidos na sede da cidade. Até alguns anos atrás esse recolhimento era feito em uma caçamba, hoje já é realizado por um caminhão compactador.

Mas continua sendo lançado no lixão do Pavão, onde em 2018 foi constatado inclusive a presença de lixo hospitalar, com seringas, agulhas e medicamentos parcialmente incinerados

e a presença de homens, mulheres e crianças trabalhando como catadores de lixo sem nenhuma proteção individual.

Desenvolver uma sociedade de forma sustentável sem o manejo adequado dos aspectos relativos ao saneamento básico é uma diretriz que nos distancia muito de uma sociedade de fatos sustentável.

A concepção da sustentabilidade *latu sensu* já figura em muitas normas e resoluções e a compreensão da sustentabilidade *stricto sensu* já consta das preocupações de muitos gestores de empresas privadas e públicas, mas a prática da sustentabilidade *stricto sensu* somente representa a essência da vida de um insignificante número de indivíduos que, anônimos na prática de pequenas ações, se fortalecem por meio de pequenos exemplos seguidos à distância, na expectativa de que, num futuro ainda possível, seja replicado por todos os indivíduos, pois em cada um deles está a responsabilidade da compreensão, da ação, da fiscalização e da coerção (Feitosa, 2017, p. 36).

Existe uma necessidade absoluta de pensarmos globalmente e agirmos localmente, além evidentemente de cobrarmos do poder público ações de fato transformadoras para a construção de uma sociedade humana, solidária e sustentável.

Apesar do novo marco ambiental proposto pelo congresso nacional e claramente prejudicado pelo período pandêmico, nunca foram colocadas em prática políticas para acabar com os lixões no Brasil. O maior lixão do Brasil, o lixão estrutural em Brasília, desativado desde 2018 por ordem da justiça chegou a ter dois mil catadores.

Um município como Alcântara, onde basicamente se recolhe resíduos sólidos de apenas cinco mil pessoas, não é aceitável a existência de um lixão a céu aberto. Os impactos socioambientais no município são fruto de um processo de ocupação de quatro décadas sem investimentos reais em saneamento básico e cuidados com as pessoas (Pereira Junior, 2009)

Fica claro que é urgente a necessidade de se desenvolver políticas de construção de aterros sanitários, agricultura sustentável e cidades inteligentes como ações que vão nos aproximar de uma sociedade de fato sustentável. É inadmissível que em um município considerado a sede do maior projeto aeroespacial do país ainda existam comunidades sem acesso a rede de computadores e sem nenhuma forma de comunicação com a sede do município ou a capital do estado. Buscando as dimensões de desenvolvimento sustentável, Sachs, 1993 já preconizava que o processo de desenvolvimento sustentável deveria contemplar cinco dimensões, a Social, a Econômica, a Ecológica, a Espacial e a Cultural.

No momento em que se tomou a decisão de tirar as pessoas do litoral e realoca-las em uma região central no intuito de que a principal forma de vida seria a agricultura familiar, não é mais possível esperar que essas pessoas se comportem como seus ancestrais que tiravam o

sustento direto da natureza como caçadores coletores e agora são submetidas a um modelo de produção capitalista, mas sem nenhum apoio tecnológico, o que resta é conviver com a pobreza, o atraso e um lixo a céu aberto, transgredindo todas as possibilidades de um desenvolvimento social de fato humano e harmônico.

A possibilidade de um futuro onde as pessoas tenham acesso a um desenvolvimento de fato sustentável só será possível com a mudança de paradigmas, ao invés de consumo em linha de produção linear e exaurimento das fontes de matéria prima nos países em desenvolvimento, dever-se-ia ter mais economia verde, mais justiça social e uma educação voltada para o consumo racional, ou seja, adquirir-se apenas o que é necessário a uma vida confortável e segura. A garantia do direito a um futuro sustentável demanda uma nova forma de gestão dos sistemas socioecológicos que provêm recursos, o que implica o enfrentamento das características, processos e instrumentos do modelo hegemônico de desenvolvimento (Reis, 2023).

Figura 2: Imagens 1A, 1B, 1C, 1D. Lixo hospitalar no lixão do Pavão em Alcântara-MA



1A



1B



1C



1D

Fonte: Arquivo da pesquisa

A presença de um lixão no município como Alcântara, onde residem na sede pouco mais de cinco mil pessoas das dezoito mil de todo o município, denota uma ausência do poder público em todas as suas esferas, tanto federal, quanto estadual e municipal, que descumprem a Lei 14.026 de 15 de Julho de 2020 que determina em seu Artigo 54, “A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até 31 de dezembro de 2020; para os quais ficam definidos os seguintes prazos: I - até 2 de agosto de 2021, para capitais de Estados e Municípios integrantes de Região Metropolitana (RM) ou de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de capitais. Ressaltando que o município de Alcântara é parte integrante da zona metropolitana de São Luís MA.

Em relação à saúde pública, é relevante destacar que o município de Alcântara apresenta uma frequência maior de pessoas portadoras de síndrome nefrótica maior que a população brasileira em geral.

Ressalta-se que doença renal crônica (IRC) predispõe à hipertensão e diabetes, sendo este dado relacionado a um grande número de nefropatas na região e por consequência muitas pessoas sequeladas de acidente vascular cerebral (AVC). A incidência de DRC é maior em comunidades quilombolas, sendo elevada a incidência de DRC no estado do Maranhão. A primeira máquina de hemodiálise chegou ao Maranhão em 1978, sendo que as pessoas do interior do estado tiveram que se deslocar até a capital São Luís para realizar hemodiálise (Salgado, 2014).

Considerando os aspectos supracitados, podemos inferir que a gestão dos processos sociais na região de implantação do CLA não corresponde a princípios sustentáveis em nenhuma de suas dimensões, pois os impactos ambientais, a carência de postos de trabalho formais, a dificuldade em se desenvolver agricultura familiar, o baixo investimento em políticas de saneamento básico, a dificuldade de acesso ao município que prejudica fortemente a visitação de turistas e a prática de ecoturismo, o carente sistema de coleta e destinação final de resíduos sólidos, bem como a presença de fossas negras e o sistema de saúde pública precário, são todos dados que identificam um sistema de gestão deficiente e muito aquém do ideal (Lopes, 2020; Viegas, 2020; Pereira Junior, 2009; Almeida, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que gerou o presente artigo, buscou fazer uma análise do processo de instalação da base aeroespacial no município de Alcântara- MA na década de 1980, levando em

consideração tudo aquilo que foi pactuado com os moradores da região e quatro décadas depois, buscamos verificar o que foi de fato realizado e o que não foi contemplado.

A chegada do projeto aeroespacial brasileiro se inicia ainda no período da ditadura militar e anterior a constituição federal de 1988, o que teve como principais consequências o não reconhecimento das comunidades quilombolas da região, bem como não houve nenhum respeito aos direitos de propriedade e muito menos a questões étnicas e culturais das populações locais.

As famílias foram alocadas em sete agrovilas, eram 312 famílias onde não se levou em consideração nenhum aspecto cultural ou de origem, o que gerou grande descontentamento e conflitos ao longo do processo.

Inicialmente foi prometido todo um processo de progresso, investimento em agricultura, emprego e renda aos mais jovens e acesso à educação e saúde por todos, mas o que de fato aconteceu é que os investimentos foram aos poucos sendo abandonados e nos dias de hoje toda e qualquer manutenção é custeada pelos moradores das agrovilas.

Não foi pensado um plano de manejo de resíduos sólidos ou estações de tratamento de água ou esgoto, de forma que existe no município um lixão a céu aberto, nas agrovilas não é feito tratamento e nem controle da qualidade da água consumida e todas as casas tem fossa negra.

O processo de empobrecimento foi notório, assim como o êxodo de parte da população que diminuiu nos últimos anos. Na falta de um planejamento nos investimentos em educação com a consequente absorção de mão de obra ocorreu um desestímulo ao processo de qualificação, em especial com a saída das empresas que iriam oferecer emprego e renda as pessoas, hoje a única fonte de trabalho é o próprio CLA, que é temporário. Logo os jovens deixam de estudar e são facilmente cooptados pelo alcoolismo e pelo tráfico de drogas.

Em 2025, após passar por um processo no tribunal internacional no Chile, o estado brasileiro pela primeira vez reconheceu oficialmente que causou danos a população de Alcântara e foi devolvido parte do território do município aos habitantes da região, o que não resolveu de todo as problemáticas da região uma vez que a insegurança jurídica ainda é muito grande uma vez que a maioria das pessoas ainda não tem o título de posse de suas propriedades.

A área desapropriada do município representava mais da metade do território do seu território, foram 62 mil hectares desapropriados. Em 2024 o governo federal fez a devolução ao município de mais de 50 mil hectares, ficando a base aérea utilizando apenas os 8 mil hectares que foram alocados desde o início. Essa devolução passa agora por um processo de

análise em que se busca determinar como um território majoritariamente quilombola vai administrar seu território.

A falta de titularidade das terras, a incapacidade de produção de alimentos, a ausência de empresas que gerem empregos formais, a exceção da prefeitura e dos pequenos comerciantes não há outras opções de trabalho no município, não existe uma política de fomento ao turismo, apesar de ser uma cidade tombada pelo Iphan e ter muitas belezas naturais, o acesso por barco sem horários fixos ainda é um problema a ser resolvido.

Todas essas questões de maneira direta ou indireta com a chegada do projeto da base aérea trouxeram mais atraso e pobreza à população do município, que ainda tem dificuldades básicas tanto na educação, quanto na saúde, infraestrutura, segurança e ocupação das pessoas.

Vale destacar que o CLA ainda oferece a possibilidade dos jovens da região de servir o quartel por prazo determinado, o que em determinada medida ainda representa uma fonte de emprego e renda na região. Os outros serviços como transporte escolar, vagas na escolinha da aeronáutica, serviços de infraestrutura e atendimento médico foram todos cancelados em função dos repasses de verba do governo federal terem sido reduzidos a índices mínimos como falado anteriormente inclusive pelos comandantes da base aérea.

Desta maneira concluímos que o processo de instalação da base aérea no município de Alcântara trouxe mais prejuízos que benefícios a população daquele município em todos os aspectos verificados e em última análise poderíamos dizer que houve prejuízo a toda a população brasileira, uma vez que todos os investimentos feitos na região são parte do erário e não houve nenhum grande avanço na nossa tão sonhada política aeroespacial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara (MA)**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília, DF: MMA, 2006a. v. 1.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília, DF: MMA, 2006b. v. 2.

ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações. **Cobertura de sinal 3G, 2023.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/tecnologia/em-6-estados-mais-de-20-dos-habitantes-nao-tem-3g/>.

ANDRADE, P. M. de; SOUZA FILHO, B. (orgs.). **Fome de Farinha:** deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

ARRUDA, N. A. A. **Aldeia conectada:** a inclusão digital na floresta amazônica. *Brazilian Journal of Development* . 2022. 8, 3: 16853-16861. 10.34117/bjdv8n3-89.

CÓRDULA, E. B. de L. A ecosofia e as três ecologias de Félix Guattari na formação do sujeito ecológico. **Revista Educação Pública**, RJ, v. 13, n. 30, 2013.

FEITOSA, A. C. Cultura e sustentabilidade em foco: a cultura da sustentabilidade ambiental. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 33-61, 2017.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: Vieira, Paulo Freire; Weber, Jacques (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa ambiental. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos municípios brasileiros:** saneamento Básico: aspectos gerais da gestão pública de saneamento básico: 2025.

LANA, C. O impacto das novas tecnologias em povos indígenas. **Revista Cidade Nova:** fraternidade em rede, São Paulo. 2021.

https://www.cidadenova.org.br/editorial/inspira/38260_impacto_das_novas_tecnologias_em_povos.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. **A atemporalidade do colonialismo:** contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial. São Luís - MA editora: UEMA/PPGCSPA/ PNCSA, 2020.

MARQUE, Juracy. **O coração da espécie humana.** 1. Ed. Paulo Afonso, BA: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH, 2022.

Ministério do Meio Ambiente, MMA. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso 27 de mar. de 2025.

PEREIRA JÚNIOR, D. **Quilombos de Alcântara:** território e conflito: Intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos FASCÍCULO 10. **Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara.** São Luís, setembro de 2007.

REIS, Clovis. **Direito ao desenvolvimento sustentável: reflexões a partir de Ignacy Sachs**. FURB, 2023.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI – Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobeli/FUNDAP, 1993, 103 p.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SALGADO, N. S. BRITO, D. J. A. **Doença renal em grupos minoritários**. São Luis, UNASUS/UFMA, 2014. 46p. <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/2056>.

SANTOS, Milton. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza [1978]. In: SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene Q. F. Szmerecsányi. 2ªed. 2ªreimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p.13-40.

SEREJO, D. Acordo com EUA em Alcântara pode causar “tragédia sem precedente”, diz quilombola. [Entrevista cedida a] Rafael Oliveira. **Publica: Agência de Jornalismo Investigativo**, São Paulo, 24 out. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/acordo-com-eua-em-alcantara-pode-causar-tragedia-sem-precedentediz-advogado-quilombola/>. Acesso em: 27 de mar de 2025.